

Superintendência de Organização e Atendimento Educacional

Diretora: Vera Lúcia Gonçalves Vidigal Maciel

SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL

PORTARIA n.º 501/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 47 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica autorizada, a partir de 12 de março de 2012, a mudança da Escola Municipal João Marques Machado, de Ensino Fundamental (anos iniciais), da R. Otávio Antunes Moreira, 55, Centro, em Itatiajuçu para a R. Santa Lúcia, 270, B. Robert Kennedy, no mesmo município. SRE – Divinópolis

PORTARIA n.º 502/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 47 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica autorizada, a partir de 02 de janeiro de 2017, a mudança da ORBIS Escola Técnica, da Av. Getúlio Vargas, 730, B. Coqueiro, em Manhuçu para a Av. Melo Viana, 400, B. Bom Pastor, no mesmo município. SRE – Manhuçu

PORTARIA n.º 503/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 50 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica divulgada, a partir de 17 de maio de 2017, a mudança de prédio da entidade ORBIS Escola Técnica Ltda – ME, da Av. Getúlio Vargas, 730, 3º e 4º andares, B. Coqueiro, em Manhuçu, para a Av. Melo Viana, 400, B. Bom Pastor, no mesmo município, mantenedora da ORBIS Escola Técnica. SRE – Manhuçu

PORTARIA n.º 504/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 50 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica divulgada a mudança de denominação da entidade ORBIS Escola Técnica Ltda – ME, para entidade ORBIS Educação Ltda – ME, mantenedora da ORBIS Escola Técnica, situada na Av. Melo Viana, 400, B. Bom Pastor, em Manhuçu. SRE – Manhuçu

PORTARIA n.º 505/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 50 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 91, de 20 de abril de 2018, fica divulgada a alteração societária da entidade Centro Educacional Apego – EIRELI, mantenedora do Colégio Educare de Betim – Unidade Filadélfia, de Ensino Fundamental (anos iniciais), situado na R. Horizonte Belo, 170, B. Filadélfia, em Betim. SRE – Metropolitana B

PORTARIA n.º 506/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, dos artigos 11 e 24 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 200, de 24 de abril de 2018, fica reconhecida, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a entidade mantenedora Colégio Santa Branca Ltda – EPP, e prorrogado, pelo período de 15 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2018, o reconhecimento do Ensino Médio, ministrado pelo Colégio Santa Branca, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situado na R. São João da Lagoa, 380, B. Santa Branca, em Belo Horizonte. SRE – Metropolitana C

PORTARIA n.º 507/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 24 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 222, de 24 de abril de 2018, fica reconhecido, a partir de 1º de março de 2018, o Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Especial Professora Herminia Alkimim, de Ensino Fundamental (anos iniciais), situada na Av. Alcides de Oliveira Rosa, 756, B. Nova Pirapora, em Pirapora, pelo prazo de 05 (cinco) anos SRE – Pirapora

PORTARIA n.º 508/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 24 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 99, de 20 de abril de 2018, fica reconhecido o curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA – Ensino Fundamental (anos finais), ministrado pela Escola APAE Joãozinho, de Ensino Fundamental (anos iniciais), situada na R. Carlos Vieira D’Oliveira, 65, B. Chapadão, em Cabo Verde, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

SRE – Poços de Caldas

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA SEE n.º 497, de 04 de maio de 2018, referente ao reconhecimento da entidade mantenedora e a renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Especial Madre João Ribeiro da Cruz, em Papagaios: Onde se lê: "... Escola Especial Madre João Ribeiro da Cruz..." Leia-se: "... Escola Especial Padre João Ribeiro da Cruz..." SRE – Sete Lagoas

PORTARIA n.º 509/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, dos artigos 11, 24 e 50 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 244, de 26 de abril de 2018, fica divulgada a alteração societária e reconhecida a entidade mantenedora Centro Educativo M. F. G. Ltda – ME e ainda, reconhecido o Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pelo Instituto Pássaro Azul, de Ensino Fundamental (anos iniciais), situado na R. Senador Salgado Filho, 127, B. Canaan, em Sete Lagoas, ambos pelo prazo de 05 (cinco) anos. SRE – Sete Lagoas

PORTARIA n.º 510/2018

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 24 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 210, de 20 de abril de 2018, fica reconhecido os cursos Técnico em Estética, Técnico em Prótese Dentária e Técnico em Radiologia, na modalidade de Educação a Distância – EAD, ministrados pelo Colégio do Trabalho, situado na Av. Paes Leme, 485, B. Osvaldo Rezende, em Uberlândia, pelo prazo de 05 (cinco) anos. SRE – Uberlândia

Atos assinados pela Diretora da Superintendência de Organização e Atendimento Educacional

Vera Lúcia Gonçalves Vidigal Maciel

04 1093289 - 1

Superintendências Regionais de Ensino

SRE de Almenara

ANULAÇÃO – ATO N.º 10/2018

ANULA OS ATOS, no que se refere aos servidores: Almenara – Servidora em Afastamento Preliminar à Aposentadoria, Masp 845.668-3, Maria Lídia Pereira Sobral Gomes, PEBIO, Adm. 1, na parte que retificou o 2º quinquênio, Ato n.º 40/2009, publicado em 05/05/09, por incorreção; Jequitinhonha – Servidora em Afastamento Preliminar à Aposentadoria por Invalidez, Masp 349.517-3, Edinalva Rodrigues Ramalho, PEBIH, Adm. 02, na parte que retificou o 3º quinquênio de Férias-Prêmio, Ato n.º 193/2016, publicado em 17/11/16, por incorreção; Masp 349.517-3, Edinalva Rodrigues Ramalho, PEBIH, Adm. 02, na parte que retificou o 3º quinquênio, Ato n.º 16/2017, publicado em 03/01/17, por incorreção; Santo Antônio do Jacinto – E. E. Clemente da Rocha Bandeira, Masp 874.063-1, Silvânio Gomes da Silva, PEBIG, Adm. 01, referente a Férias-Prêmio Afastamento, Ato n.º 12/2018, publicado em 17/04/18, por ausência do servidor; E. E. João Vieira de Souza, Masp 639.741-8, Cirineusa Gil Bandeira Santos, ATBIH, Adm. 01, referente a Férias-Prêmio Afastamento, Ato n.º 12/2018, publicado em 17/04/18, por ausência da servidora.

FÉRIAS-PRÊMIO – AFASTAMENTO – ATO N.º 16/2018

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do inciso II § 1º do art. 3º da Resolução Conjunta SEPLAG/SEE n.º 8.656, de 02/07/2012, ao servidor: Rubim – E. E. Walmir Almeida Costa, Masp 360.956-7, Maurício Figueiredo Ferraz, ASEVP, Adm. 01, por 02 meses, referentes ao 6º quinquênio de exercício a partir de 28/06/18.

FÉRIAS-PRÊMIO – AFASTAMENTO – ATO N.º 17/2018

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos § 2º do art. 3º da Resolução Conjunta SEPLAG/SEE n.º 8.656, de 02/07/2012, às servidoras: Santo Antônio do Jacinto – E. E. Clemente da Rocha Bandeira, Masp 807.499-9, Riséla da Silva Almeida, PEBIT, Adm. 01, por 02 meses, referentes ao 4º quinquênio de exercício a partir de 14/05/18; E. E. João Vieira de Souza, Masp 888.428-0, Sebastiana Marques de Melo Souza, PEBIH, Adm. 01, por 02 meses, referentes ao 4º quinquênio de exercício a partir de 14/05/18.

FÉRIAS-PRÊMIO CONCESSÃO – ATO N.º 12/2018

CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do Art. 31 da CE/1989, aos servidores: Almenara – Servidora em Afastamento Preliminar à Aposentadoria, Masp 845.668-3, Maria Lídia Pereira Sobral Gomes, PEBIO, Adm. 1, referente ao 5º quinquênio de exercício a partir de 10/02/18.

FÉRIAS-PRÊMIO/CONTAGEM EM DOBRO/APOSENTADORIA – ATO N.º 02/2018

AUTORIZA CONTAGEM EM DOBRO DE FÉRIAS-PRÊMIO PARA APOSENTADORIA, nos termos do inciso I do art. 114 do ADCT da CE/1989, a servidora: Pedra Azul – Servidora em Afastamento Preliminar à Aposentadoria, Masp 268.331-6, Eunice Neves Avelar, PEBIP, Adm. 02, concedida pelo Ato n.º 25/99, publicado, em 07/07/99, 01 mês e 28 dias, referentes ao 2º quinquênio de exercício, restando-lhe 02 dias para conversão em espécie.

Juliane Vieira Oliveira Meireles

Diretora em Exercício

04 1093328 - 1

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 01/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, A.M.A.T.C., MASP 253.997-1, PEB2P, Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 02/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, A.R.M., MASP 278.018-7, PEB1P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 03/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, C.A.V., MASP 636.833-6, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 04/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, D.D.N., MASP 631.441-3, PEB1A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 05/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, D.G.S., MASP 264.435-9, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 06/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, D.A.Ô.S., MASP 278.033-6, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 07/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, E.L.S.M., MASP 635.065-6, PEB1O, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 08/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, E.L.Ô., MASP 278.249-8, PEB1P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 09/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – servidor aposentado, E.S.V., MASP 278.044-3, PEB2P, Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 10/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, G.S.S.M., MASP 635.684-4, PEB1A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 11/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, H.L.F., MASP 221.282-7, PEB1J, Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 12/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, I.A.M.A., MASP 952.910-8, PEB1A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 13/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, I.F.M.G., MASP 278.281-1, PEB1P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 14/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, K.M.F.C.P., MASP 268.335-7, PEB2P, Adm. 01 e Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 15/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, L.L.G.L., MASP 268.336-5, PEB1P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 16/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – E.E. Joel Mares, M.M.M.F., MASP 340.747-5, PEB5A, Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 17/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – servidor aposentado, M.F.W.A., MASP 962.171-5, PEB2F e PEB1A, Adm. 01 e Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 18/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – SRE/Almenara, M.A.S., MASP 1.148.196-7, ANE2D, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 19/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.A.S.R., MASP 348.712-1, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 20/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.G.G.L., MASP 633.981-6, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 21/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.D.G., MASP 635.455-9, PEB3O, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 22/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.S.M.G., MASP 278.124-3, PEB2P, Adm. 01 e Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 23/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.E.T.S., MASP 233.395-3, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 24/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.M.V.M., MASP 278.117-7, PEB1P, Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 25/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.R.T.C., MASP 634.806-4, PEB1B, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 26/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.T.P.S., MASP 292.153-4, ANE2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 27/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.S.M., MASP 278.132-6, ATB4J, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 28/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – E.E. Joel Mares, M.S.O., MASP 1.318.139-1, PEB1B, Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 29/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.G.R.S., MASP 639.065-2, PEB3A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 30/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, R.M.P., MASP 635.830-3, PEB1J, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 31/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, S.S.C.M., MASP 278.169-8, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 32/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, T.F.F.M., MASP 624.296-0, PEB1D, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 33/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – E. E. Conde Afonso Celso, V.M.S.M., MASP 812.909-0, PEB1G, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 34/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, W.C.F., MASP 260.534-3, ANE3L, Adm. 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 35/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, E.M.G.O., MASP 324.222-9, PEB1P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 36/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.I.M.S., MASP 634.608-4, PEB2P, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 37/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora desligada (Decisão ADI 4876 STF), J.S.R., MASP 956.313-1, PEB1A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 38/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.G.P.B., MASP 637.196-7, PEB1H, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 39/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora falecida, Z.M.J., MASP 303.056-6, ASB1D, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 40/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Aguas Vermelhas – servidora desligada (Decisão ADI 4876 STF), M.A.S., MASP 1.127.314-1, PEBR2A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 41/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Felisburgo – servidora desligada (Decisão ADI 4876 STF), B.L.N.M., MASP 1.066.008.2, PEB1A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 42/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Felisburgo – E. E. de Felisburgo, C.P.R.C., MASP 1.143.363-8, PEB1A, Adm. 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 43/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei n.º 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG n.º 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Felisburgo – servidora desligada (Decisão ADI 4876 STF), D.M.G., MASP 1.062.751-1, PEB1A, Adm. 0